CÔAVISÃO

CULTURA E CIÊNCIA

N.º 13 • ANO DE 2011

EDIÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE FOZ CÔA

CÔAVISÃO

CULTURA E CIÊNCIA

N.º 13 • ANO DE 2011

Trabalho coordenado por

JOSÉ MANUEL COSTA RIBEIRO
ANTÓNIO N. SÁ COIXÃO

Foto da capa:
Foz do Rio Côa de José Ribeiro

Composição e impressão:
Côa Gráfica – Artes Gráficas, Lda. – V. N. de Foz Côa
Depósito Legal n.º 121116/98
ISBN 978-972-8763-23-7

EDIÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE FOZ CÔA
2011

Índice

Prefácio 5

Introdução 7

Um olhar sobre o Vale do Côa 9

A rocha gravada de Redor do Porco. Um novo sítio com arte paleolítica de ar livre no rio Águeda (Escalhão, Figueira de Castelo Rodrigo) 15

Hacia la etapa de esplendor de Foz Côa 21

O valor de uso turístico do Património Arqueológico: arqueologia, turismo e sustentabilidade no Vale do Côa 25

Aspectos etnográficos da cultura tradicional da amêndoa no Douro Superior 35

O cortejo alegórico/etnográfico, como factor de socialização e de dinamização do tecido social 47

Prémio Fundação Ilídio Pinho "Ciência na Escola"
Esc. Secundária Tenente Coronel Adão Carrapatoso V. N. Foz Côa em destaque ... 53

Arquivo de memória do Vale do Côa 57

Sentimentos – momentos vários 69

O princípio do fim dos comboios na nossa região 73

O encanto das amendoeiras em flor 77

Ao correr da pena – memórias e sonhos literários 81

Um sonho interrompido e alguns rudimentos de literatura ibérica 83

A tecnologia têxtil 85

A construção do caminho-de-ferro e a polémica acerca da localização das estações na última secção: no Côa e na Olga, ou apenas nas Pariças? 109

A república vista de longe 119

Projecto de criação de núcleos museológicos e/ou centros de interpretação nas áreas dos concelhos de Mêda e V. N. de Foz Côa 127

Trabalhos arqueológicos em Castanheiro do Vento – intervenção de 2010 149

Um olhar sobre o Vale do Côa

ALEXANDRA CERVEIRA LIMA[1]

Desafiada pelos coordenadores deste número da Côavisão a fazer um artigo, aceitei com gosto o repto. Entendi fazer um curto texto sublinhando aspectos da história recente do Côa, sem pretensões de sistematização. É um olhar que se quer sintético e não pretende ir além de uma visão pessoal.

1. O ESBOÇO DE UM TERRITÓRIO DE ACÇÃO

A AIBT do Vale do Côa, Acção Integrada de Base Territorial do Vale do Côa, procurava estabelecer um conjunto de prioridades e objectivos transversais à região dita do Vale do Côa, centradas em larga medida no Parque Arqueológico do Vale do Côa (PAVC).

Tratava-se, dizendo de forma simplista, de fazer repercutir num amplo território – que tinha sido delimitado anteriormente, na altura da criação do PAVC, como âmbito de actuação do ProCôa – o que se esperava ser um modelo de desenvolvimento para esta região de baixa densidade populacional, assente no património cultural que foi classificado, em 1998, como património mundial: a arte rupestre do Vale do Côa.

O modelo assim enunciado, e que veio a ser conduzido e interpretado pelos seus coordenadores[2] em articulação com os vários agentes do território, muito particularmente os presidentes dos 10 municípios que constituíram a Associação de Municípios do Vale do Côa (AMVC), escorava-se numa visão relativamente simples, que já vinha sendo enunciada e que foi mais recentemente desenvolvida no "Plano Estratégico de Desenvolvimento Turístico do Vale do Côa"[3]. Sendo, mais uma vez, simplista, poderemos dizer que se partia do princípio que a arte rupestre, uma vez estudada, valorizada, musealizada, estaria na base de uma dinâmica turística capaz de se estender ao território. Altamira, Lascaux,... estavam ali para provar essa real possibilidade. O XIII Governo português tinha optado por suspender as obras da barragem do Baixo Côa para salvaguardar, estudar e valorizar a arte rupestre do Vale do Côa; ProCôa, primeiro, a AIBT, depois, deveriam criar os meios para que esse desenvolvimento ocorresse.

Se o ProCôa teve resultados escassos e, no cômputo global, o efeito da sua acção, pela ineficácia revelada, foi negativo na região, a AIBT destaca-se pelo apoio a algumas acções realmente transversais aos diversos municípios, por uma actuação mais clarividente, pelo regular contacto que gerou entre os autarcas da AMVC e, poderemos hoje dizer, por um efeito de delinear um território de acção: um vale do Côa que extravasa as fronteiras geográficas e se estende da nascente, no Sabugal, galgando Vila Nova de Foz Côa, e caminhando para norte, até Mogadouro... Teve especial relevância o activo empenho dos seus coordenadores na viabilização do Museu do Côa, particularmente no último triénio da sua actuação.

Na linha dos propósitos e espírito que atravessava o referido plano de desenvolvimento turístico do Vale do Côa, a empresa Augusto Mateus e Associados propunha, e partindo do princípio que o Museu do Côa teria o estatuto de protagonista no desenvolvimento da região, que a gestão do museu saísse do âmbito da Admi-

[1] Arqueóloga, INCB (DGACN-PNDI).

[2] Sendo os dois últimos coordenadores, cuja acção pude melhor seguir, o Engº António Gouveia e Dr. Joaquim Felício.

[3] Elaborado pela empresa Augusto Mateus e Associados, por encomenda da Associação de Municípios do Vale do Côa.

nistração Pública. Preconizavam que escapasse à tutela directa de um Instituto Público com sede em Lisboa, que o geria enquanto Serviço Dependente, e que fosse encontrado um modelo de governança: uma agência de desenvolvimento e marketing territorial, que cuidaria da valorização e promoção do território, gerindo, simultaneamente, alguns pilares centrais desse território.

Os arqueólogos, cientistas que teriam cumprido o seu papel até então, ficariam ligados a um serviço estatal enquanto técnicos que doravante asseguravam as funções essenciais ligadas à salvaguarda e ordenamento; a investigação deveria ser ampliada com a participação de um conjunto alargado de universidades. Estas linhas gerais foram apresentadas numa sessão pública em Vila Nova de Foz Côa em 2009, ano em que as eleições autárquicas trariam, neste município, o Parque Arqueológico e Museu do Côa para o palco principal, convertendo-o no centro e estrela do debate político local, o que culminou com uma visita do Ministro da Cultura ao Museu do Côa, em fase adiantada de obra.

2. DA AIBT AO PROVERE DO CÔA

Extintas as AIBTs em todo o território português, o XVII Governo Constitucional delineou uma abordagem diferente para o que deveria ser o desenvolvimento destas áreas designadas "de baixa densidade": a criação dos PROVERES, Programas de Valorização Económica de Recursos Endógenos. Assentam em alguns princípios básicos, aqui apresentados de um modo esquemático: que é essencial que os agentes privados se envolvam activamente no desenvolvimento destes territórios, sendo eles os principais actores e beneficiários dos fundos deste novo quadro comunitário de apoio; que a Administração Pública não teria uma estrutura no território, como tinha ocorrido com as AIBTs, mas deveriam ser os próprios agentes locais a colocar-se em rede e a definir uma estratégia de eficiência colectiva. Esta estratégia deveria assentar em projectos-âncora, assumindo como motores de desenvolvimento as realidades de cada um dos territórios que se consideravam distintivas, únicas e inimitáveis. No caso do Vale do Côa, a arte rupestre e o Museu do Côa.

Estavam, dir-se-ia, criadas as condições para um novo passo no rumo do Vale do Côa: um plano estratégico delineado, assente, neste caso, no desenvolvimento turístico; uma pequena equipa técnica contratada pela Associação de Municípios que deveria apoiar o desenvolvimento do PROVERE e deveria também apoiar tecnicamente o nascimento da agência de desenvolvimento que cuidaria, pelo seu lado, das componentes ditas de negócio e de relação com os visitantes do Parque e Museu do Côa: visitas a alguns dos principais núcleos de arte rupestre, visitas ao museu, restaurante, lojas, a par com a promoção e marketing do Vale do Côa. No debate público local passa a ser aventada a possibilidade do Parque Arqueológico e Museu do Côa mudar de estatuto e natureza, sendo criada uma sociedade anónima para o gerir. Nessa sociedade, o poder autárquico, o poder central e, em havendo interessados, entidades privadas, partilhariam a gestão.

Os meios de comunicação social avançam com esta possibilidade, apresentada pelo Ministro da Cultura na sua visita pública ao Museu do Côa.

Com o decorrer dos meses, e sendo vários os intervenientes, em diferentes esferas de actuação, as peças deste puzzle vão sofrendo alterações. A direcção da AMVC altera-se, por força dos resultados eleitorais autárquicos; a equipa técnica instalada em Vila Nova de Foz Côa, que, para a Associação de Municípios, tinha desenvolvido, de forma coerente com o "Plano Estratégico de Desenvolvimento Turístico do Vale do Côa", as principais linhas de actuação do PROVERE, procurando encaixar projectos públicos e alguns privados, termina o seu contrato; é criada uma associação, denominada Territórios do Côa, que passa a gerir o consórcio-PROVERE, sediada em Figueira de Castelo Rodrigo e tendo como protagonista uma nova equipa. Alguns dos projectos públicos e privados virão a ser alterados, uma vez mudado o contexto e as lideranças políticas a vários níveis, seja autárquico, seja ao nível das entidades públicas da Administração Central.

No final de Julho de 2010, o Museu do Côa abre as suas portas ao público, e, nesse mesmo dia, é anunciada pela Tutela uma fundação que irá gerir o Parque Arqueológico e Museu do Côa. Virá a público que a administração será partilhada pelos ministérios da Cultura, Ambiente, Economia, pela Associação de Municípios do Vale do Côa e Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa. Este município alberga o Museu do Côa e a maioria dos núcleos de arte rupestre, bem como do território projectado como Parque Arqueológico, parque que, todavia, não foi até ao momento criado como tal à luz da legislação de enquadramento[4].

Com a criação de uma fundação ficariam para trás outros modelos de gestão: a continuação do modelo de Serviço Dependente de um organismo da Administração Pública Central (modelo que vigora desde 1996, o ano de criação do PAVC), a Sociedade Anónima, a gestão por parte de uma Agência de Desenvolvimento, bem como outros modelos defendidos por outros intervenientes no processo, como a possibilidade de ser feito, à semelhança de outros modelos internacionais conhecidos, o controle público do Parque e Museu do Côa e a concessão, por concurso e períodos limitados, de componentes susceptíveis de beneficiar com a participação de parceiros externos devidamente enquadrados: restaurante, loja, programação cultural, visitas ao museu e território.

3. UMA ESTRATÉGIA COLECTIVA COM BASE NAS REDES TERRITORIAIS

Por força de condicionalismos vários – as opções dos poderes central e local, bem como o contexto económico e político do país –, o PROVERE já não será da mesma forma concebido como o desenvolvimento do plano estratégico definido em 2007-08, a anunciada fundação está suspensa, o Parque Arqueológico e Museu do Côa permanecem como Serviço Dependente do Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico (IGESPAR, IP), o Vale do Côa, enquanto território amplo em que os cidadãos se poderão reconhecer, tem como única expressão formalizada a Associação de Municípios, realidades que ocorrem num contexto de contenção financeira decretada para a Administração Pública, central e local.

E se olharmos, não do topo para a base, não do lado das diversas tutelas para os serviços, colaboradores, públicos e realidades em causa, mas centrarmos o olhar na base e subirmos, paulatinamente, para o topo? Que leitura poderemos fazer do Vale do Côa e do preconizado desenvolvimento assente na Cultura e no Património?

Procurarei fazer esse exercício, com todo o subjectivismo que este olhar comporta.

A arte rupestre identificada na primeira metade da década de 1990, e reconhecida pelos arqueólogos como paleolítica, isto é, com muito relevante valor científico e patrimonial, dá origem, ainda nessa década, à criação de um Parque Arqueológico, de um Centro Nacional de Arte Rupestre e de um Programa que visava financiar projectos de desenvolvimento para a região. Um conjunto de arqueólogos[5], que rapidamente conseguiram provar a sua autenticidade e importância, obtém o reconhecimento, primeiro das instâncias nacionais, designadamente do poder político central, depois das instâncias internacionais, com destaque para a UNESCO. Num esforço de aproximação do Parque às comunidades locais, cumprindo o seu papel de serviço público, mas sobretudo na sequência da abertura ao público do Museu do Côa, as populações do concelho de Vila Nova de Foz Côa aproximam-se paulatinamente deste património rupestre e o novo edifício vai ganhando um papel de destaque

[4] A criação do Parque Arqueológico, através da promulgação de um Decreto Regulamentar de criação, é essencial para viabilizar um plano de ordenamento, necessário para a protecção e desenvolvimento harmonioso do território.

[5] E devemos destacar João Zilhão, pelo protagonismo científico e ao nível da Administração Pública que teve então, António Martinho Baptista, que veio a encabeçar o estudo da arte rupestre desde então, bem como Thierry Aubry que, dando continuidade à linha de pesquisa iniciada por João Zilhão, esteve na base do importantíssimo impulso que teve o conhecimento sobre a ocupação humana coeva da arte rupestre.

na região: cartão de visita, sala de recepção de reconhecida qualidade, edifício e conteúdo científico. A arte do Côa torna-se progressivamente conhecida e reconhecida, no país, na região e internacionalmente, ainda que, neste último caso, particularmente junto de cidadãos já previamente interessados em arqueologia, arte e cultura. A classificação, em 2010, de Siega Verde como Património Mundial enquanto extensão do Côa, converte a arte do Côa e Siega Verde no primeiro património mundial de dimensão ibérica, ampliando-lhe, por esta via, o potencial de reconhecimento, valorização e visita. A articulação permanente do Parque e Museu do Côa com a Junta de Castela e Leão concorre neste sentido.

Outra realidade arqueológica destaca-se no Baixo Côa e envolve a acção da ACDR de Freixo de Numão. Efectivamente, universidades nacionais e internacionais desenvolvem trabalho continuado de investigação, mobilizando equipas de grande dimensão. Este dinamismo associativo reflecte-se noutros âmbitos, como por exemplo na acção da ACDR do Pocinho, que está na base do centro internacional de remo que funciona no Pocinho, estando em construção um importante centro de estágios. A Associação Transumância e Natureza, pelo seu lado, teve uma acção profunda no território, com apoios internacionais que buscou, no contexto da conservação da natureza, levando à criação da primeira área protegida privada em Portugal, a Área Protegida Privada da Faia Brava. Outras associações se destacam, como a Luzlinar, no Feital, Trancoso, ligada às artes, a ASTA, em Almeida, Associação sócio-terapêutica recentemente premiada, ou a actividade que teve a associação APDARC, Arte e Cultura no Côa e Douro Superior, para citar algumas que conheço com maior proximidade.

O Douro Superior evoca uma outra realidade que vai progredindo ao longo dos dois grandes cursos de água, Douro Superior e Côa: a produção de vinho. Importa destacar a crescente aposta na biodiversidade e na renaturalização do espaço cultivado, o interesse na articulação com o enoturismo e cultura, que há mais de uma década marca a Ramos Pinto e a Quinta de Ervamoira e, mais recentemente, parece ser uma preocupação crescente da Duorum, implantada em pleno Parque Arqueológico. Quintas como o Vale Meão, ou mesmo a Quinta das Tulhas, da Canameira, do Chão de Ordem, ainda que com distintas vocações e dimensão, colaboram regularmente em vários programas propostos pelo Parque Arqueólogico.

Arqueológos, investigadores, enólogos, biólogos, mas também pessoas ligadas às artes e à cultura, e a outras áreas que com estas se articulam, algumas delas apostando também na actividade turística de qualidade, seja alojamento, seja animação, compõem uma rede informal no território, mais densa nalguns pontos, menos densa noutros aspectos, mas em clara articulação.

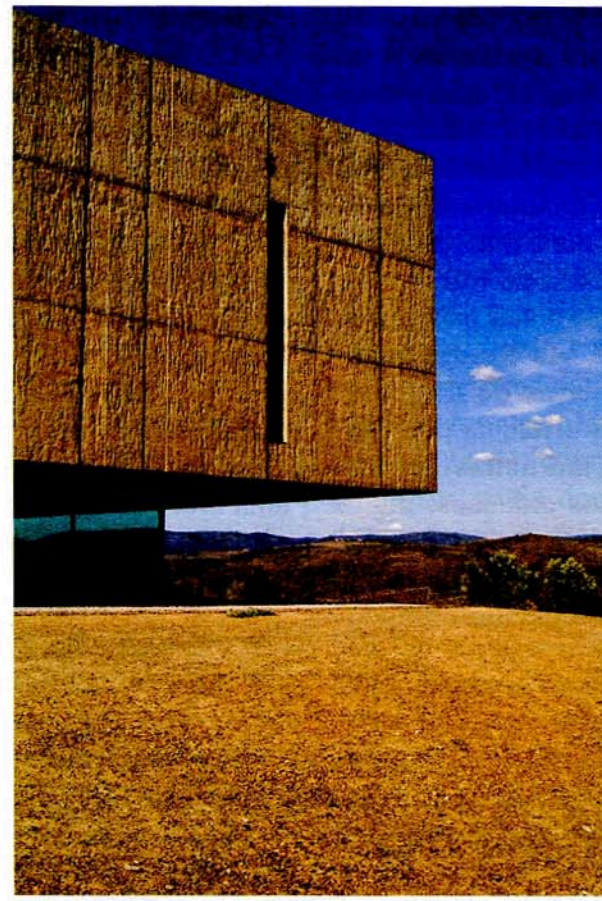
É também neste contexto que a ACÔA, Associação de Amigos do Parque e Museu do Côa, procura desenvolver um projecto, designado Arquivo de Memória, inter-geracional e inclusivo, que, buscando estudar e promover o património imaterial do vale do Côa, procura ir ao encontro dos idosos da região integrados em lares e centros de dia, colocando-os em rede com as escolas e procurando também aproximá-los da arte rupestre, do Parque e Museu do Côa. A ACÔA pretende que este projecto, iniciado em Vila Nova de Foz Côa e apoiado pela Fundação Calouste Gulbenkian, no âmbito do PROVERE do Vale do Côa, e com o apoio dos diversos municípios da AMVC, se amplie a outros concelhos, tornando-o mais abrangente e ajudando a construir um território de acção: o território do Vale do Côa. É este projecto que estará na base da criação de um Clube Unesco no Vale do Côa, com a chancela da Comissão Nacional da Unesco, que se pretende seja um aglutinador de vontades em torno de uma ideia inter-geracional e do património cultural.

A classificação conjunta do Côa e Siega Verde traz, naturalmente, para uma órbita mais próxima do Parque Arqueológico e Museu do Côa, realidades que compõem o "interland" entre os dois sítios arqueológicos: os Parques Naturais do Douro Internacional e *Arribes del Duero* que, juntamente com a Faia Brava, constituem um espaço classificado de singular dimensão e importância para a conservação da natureza. Acresce

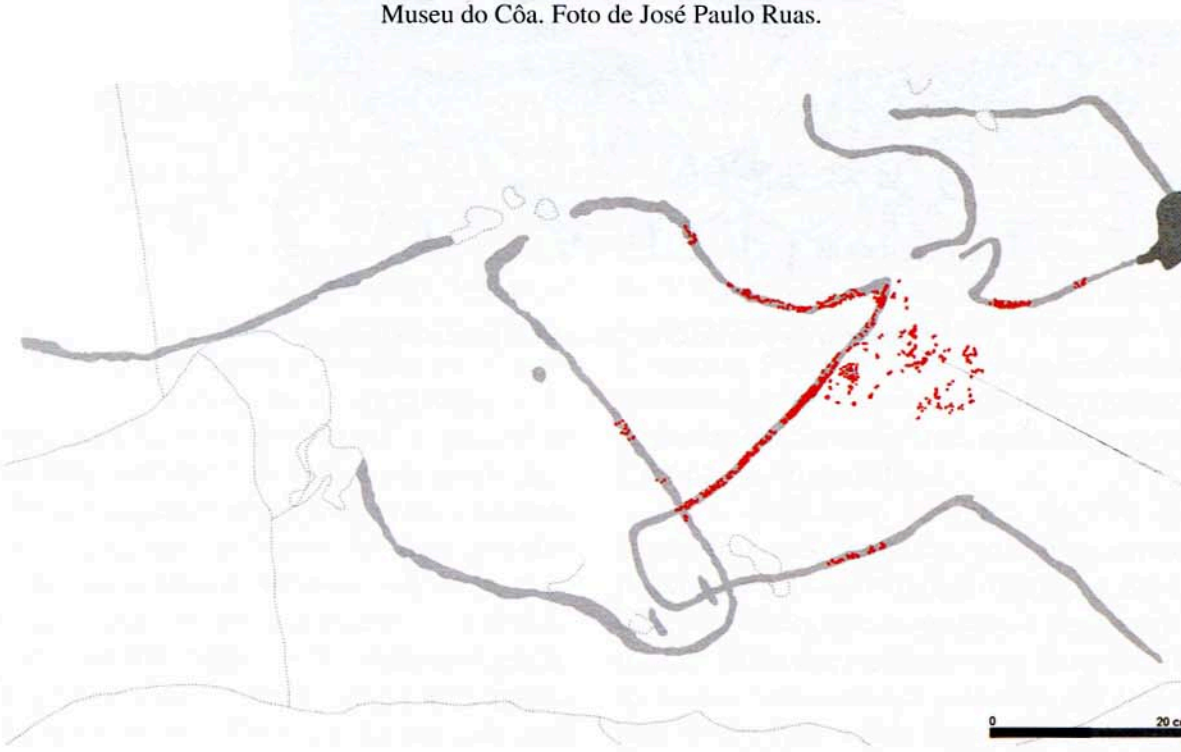
um património edificado de particular peso na região, as vilas medievais fortificadas, algumas delas objecto de intervenções de valorização no âmbito do projecto das Aldeias Históricas.

Compõe-se assim um território onde a arte, o conhecimento, a natureza, a cultura, e essoutra arte, a do vinho, tecem uma teia, diria, de excelência. Falta, talvez, urdi-la de forma mais eficiente... o turismo tem aqui o seu papel, mas como uma peça entre várias. As entidades públicas, também, como parceiros de urdidura, tal como os privados. E se a distância dos centros é, em vários aspectos, um entrave e uma dificuldade ao quotidiano dos cidadãos, muito particularmente em períodos em que os Estados centralizados são fortes, nesta urdidura de acção, e num contexto de grande sobressalto e inquietação ao nível central, tal não ocorre necessariamente. A história está aí para nos mostrar como estas cordas fronteiriças, distantes dos centros administrativos, de poder, dos centros onde a densidade populacional é grande, imensa, foram capazes de se organizar em redes várias, ao longo de séculos, de milénios, criando comunidades fortes e com grande autonomia de acção. *Geografia oblige*... ganham protagonismo a força, o entusiamo, a criatividade e a liberdade que decorrem dessa mesma autonomia. Olhando pois a realidade de uma perspectiva dita *bottom-up*, diria que as condições estão criadas para que uma efectiva estratégia colectiva possa ser real: eficiente, em rede e clara para todos, enquanto estratégia partilhada.

Aspecto do Vale do Côa. Desenho de Fernando Barbosa.



Museu do Côa. Foto de José Paulo Ruas.



Pormenor da rocha 6 da Faia. Núcleo de arte rupestre paleolítica do Parque Arqueológico do Vale do Côa e no interior da Área Protegida Privada da Faia Brava. (Desenho do CNART).